



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 40253-9C78E-1D4EA



Decisão SEGEX 00247/2021-6

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 07691/2017-8

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPESC - FF - Instituto de Previdência Social Dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado - Fundo Financeiro

Relator: Márcia Jaccoud Freitas

Interessado: ARLETE MARIA GUIMARAES DA SILVEIRA

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** o Coordenador do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 63, inciso II, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica – TCEES) c/c arts. 47, inciso IV, art. 47-A, §10, VI, e §1º, e 358, III, ambos da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno) e art. 6º, caput, e parágrafo único, da IN 31/2014, **EXPEDIR COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIA** ao sr. **Douglas Moreira Farias, gestor responsável pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José do Calçado**, para que, no **prazo de 30 (trinta) dias**, encaminhe a esta Corte os esclarecimentos e documentos que julgar necessários, ou realize as retificações cabíveis quanto ao fato descrito pela área técnica deste TCEES, **no item 6 da Instrução Técnica Preliminar – ITP 00554/2020-6.**

Determino o encaminhamento de cópias desta Decisão e da **Instrução Técnica Preliminar – ITP 00554/2020-6** ao responsável, juntamente com o Termo de Comunicação de Diligência.

Fica o responsável advertido de que:

- a) O não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica deste Tribunal), art. artigo 389, IX do Regimento Interno do Tribunal de Contas c/c art. 29 da IN 31/14;
- b) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica deste Tribunal;
- c) A resposta ao Termo de Comunicação de Diligência deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na Instrução Normativa TC 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, retornem os autos à esta unidade técnica.

Vitória, 10 de junho de 2021.

LUCAS PINHEIRO SATHLER

Coordenador do NRP

(Por Delegação de Competência: Ato SEGEX 07, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)